



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Marinha fecha contrato de R\$ 13 milhões para desenvolver míssil nacional

■ A Marinha do Brasil autorizou a contratação de uma empresa especializada para acelerar o desenvolvimento do Míssil Antinavio Nacional de Superfície (MANSUP), um dos principais projetos estratégicos da indústria de defesa brasileira. O contrato, no valor de R\$ 13,2 milhões, foi firmado por meio de contratação direta, sem licitação.

■ Projetado para equipar as fragatas e corvetas da Marinha, o MANSUP é considerado um dos principais programas bélicos em andamento no país. O armamento foi desenvolvido para atingir embarcações inimigas a longas distâncias, voando rente ao mar para dificultar sua detecção pelos radares e aumentar as chances de acertar o alvo.

■ A versão original tem alcance superior a 70 quilômetros, enquanto o MANSUP-ER, atualmente em desenvolvimento, deverá ampliar para cerca de 200km esse raio de ação, reforçando a capacidade de dissuasão e defesa da força naval brasileira. Segundo o contrato obtido pela coluna, a empresa prestará serviços de consultoria e apoio à gestão técnica dos projetos do MANSUP e de sua versão de alcance estendido.



REPRODUÇÃO

Míssil com alcande de 200km aumenta o poder de defesa da Marinha do Brasil

■ O trabalho envolve o acompanhamento de todas as etapas do programa, desde a concepção e especificação técnica até o desenvolvimento, qualificação, fabricação, integração e futura comercialização dos mísseis.

■ De acordo com a Marinha, o armamento faz parte da estratégia de ampliar a autonomia tecnológica do Brasil na área de defesa. Isso deve reduzir a dependência de armamentos

importados e fortalecer a indústria nacional do setor.

■ A contratação foi autorizada por inexigibilidade de licitação, modalidade prevista na Lei de Licitações para serviços técnicos especializados. O extrato divulgado não informa o nome da empresa contratada nem o prazo de execução dos serviços.

Flávio Bolsonaro aciona STF e diz que Lula voltou a sugerir seu enforcamento em discurso

■ O senador Flávio Bolsonaro (PL) acionou novamente o STF sob a alegação de que o presidente Lula (PT) voltou a sugerir seu enforcamento em discurso público. A defesa pede que a nova declaração seja incluída na notícia-crime já em tramitação e reforça o pedido para que o petista seja investigado por ameaça e incitação ao crime.

■ A nova manifestação foi protocolada na petição relatada pelo ministro Kassio Nunes Marques, como um “fato superveniente” à notícia-crime apresentada pelo senador em junho. Os advogados sustentam que Lula repetiu, durante a convenção nacional do PDT, realizada em 20 de julho, a associação entre “traidores” e a pena de morte por enforcamento.

■ Segundo o texto, ao afirmar que “antigamente, traidor era enforcado” e que atualmente há “traidores que vão aos Estados Unidos pedir punição ao Brasil”, o presidente voltou a fazer referência a Flávio Bolsonaro, repetindo a linha de discurso que motivou a primeira notícia-crime.



AGÊNCIA BRASIL/AGÊNCIA SENADO

Flávio Bolsonaro acusa Lula de ameaça e incitação a violência em discurso público

■ “Não se trata, uma vez mais, de mera metáfora histórica desprezível, tampouco de simples retórica inflamada própria do debate político. Trata-se de reiteração consciente, deliberada e pública do mesmo discurso que já ensejou a apresentação desta Notícia-Crime”, alega a defesa.

■ Os advogados também sustentam que a nova fala reforça a tese estabelecida na notícia-crime protocolada em 4 de junho, após um discurso de Lula em Catalão (GO). Na

ocasião, a defesa alegou que o presidente associou Flávio à figura de um “traidor” e fez referência ao enforcamento de Joaquim Silvério dos Reis, o que, segundo os advogados, configuraria ameaça e incitação ao crime.

■ Ao final, a defesa requer que o novo episódio seja analisado em conjunto com a notícia-crime já em tramitação no STF e que sejam produzidas as provas necessárias para apurar a conduta do presidente.

Vice-presidente do PSB em Curitiba aciona TRE para tentar anular convenção do partido no Paraná

■ O vice-presidente do PSB em Curitiba e pré-candidato a deputado estadual pela legenda, Paulo Cesar Rossi, acionou o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) para tentar anular parte da convenção estadual do partido.

■ Ele acusa o presidente estadual do PSB, o deputado federal Luciano Ducci, de tê-lo impedido de participar da reunião que definiu os rumos da legenda nas eleições deste ano.

■ Rossi integra a ala que defende o apoio do partido à candidatura de Requião Filho (PDT) ao governo do estado, enquanto o grupo comandado por Ducci caminha para apoiar Sandro Alex, candidato ligado ao governador Ratinho Junior, ambos do PSD.

■ No mandado de segurança, Rossi afirma que recebeu do próprio PSB o link para participar da convenção virtual realizada em 20 de julho e chegou a ingressar na sala da reunião. Segundo ele, porém, foi removido pelo anfitrião e impedido de retornar justamente antes das deliberações.

■ A defesa sustenta que a exclusão teve impacto direto no resultado da convenção. “O desenho da nulidade é explicado ao analisar a sequência, exclusão do filiado que estava defendendo a inclusão da chapa de candidatos ao cargo de Deputado Estadual, e na sequência a deliberação, sem justificativa, da não inclusão”, afirma a petição.

■ A convenção homologou a chapa de candidatos a deputado federal e decidiu que o PSB não lançaria candidatos a deputado estadual nem aos cargos majoritários. Na ação, Rossi pede que o TRE-PR suspenda apenas essa parte da convenção e determine a realização de uma nova deliberação, garantindo sua participação.